REVISÃO DA LITERATURA

Considerações Quanto ao Controle da Poluição Sonora em Meios Urbanos

Alguns Aspectos Sobre o Que Há no Brasil e Sobre o Que Há no Mundo

Até a presente data, a aplicação de instrumentos legais visando o controle da poluição sonora urbana, não tem contemplado o meio biótico como receptor. Isto equivale dizer que, em pleno terceiro milênio, a maioria das pessoas ainda não tem consciência plena do grande desconforto que os componentes do meio biótico experimentam quando da exposição a doses relevantes de ruído. (Rossing, 2007).

A propósito, a NBR 10.151, Anexo II, adota critérios para proteção às pessoas quanto ao controle de ruído em áreas habitadas. A referida norma não faz alusão ao controle de níveis sonoros capazes de influenciar os componentes do meio biótico inseridos no espaço urbano.

A atual legislação de New York, Anexo IX, em termos de controle de sons e ruídos, contempla os animais urbanos domésticos tão somente como fonte sonora (NOISE CODE OF NEW YORK CITY , 1998). Este é um procedimento adotado em legislações de várias cidades no mundo.

Alguns Aspectos Sobre Avaliações Sonoras em Belo Horizonte

Nosso município, por se tratar de cidade prestadora de serviços desde a sua fundação (atividades ruidosas) e não dispor de escoadouro para o mar (ausência de praias versus proliferação de bares, casa de shows etc.), vem se posicionando como metrópole altamente barulhenta.

Esta condição levou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, desde os seus primórdios, a criar instrumentos legais capazes de coibir e controlar as chamadas fontes sonoras que tantos transtornos traziam ao meio urbano. Foi criada Lei Ambiental Nº 4.253/85, regulamentada pelos Decretos 5.893/88 e 9.139/97, a Lei 9.341/97 e, por último, a Lei 9.505/08, que ainda depende de regulamentação, embora já largamente aplicada em Belo Horizonte.

Dos instrumentos legais citados anteriormente, os de 1985, 1988 e 2007 adotaram NCA (níveis críticos de avaliação) vinculados à Lei de Uso e Ocupação do Solo. A atual legislação, Lei 9.505 de 23 de janeiro de 2008 apresentou pela primeira vez, seus NCA, ou níveis máximos de sons/ruídos desvinculados da legislação urbanística da cidade (Anexo VI). Não obstante o

avanço em termos de autonomia, ainda não considerou o meio biótico como componente de relevância no meio urbano.

Quanto às pesquisas e estudos sobre a influência do ruído no meio biótico, há muita pouca a se considerar, relativo aos animais, conforme palestra proferida por Robert Young, em 28/11/2008, no Encontro SOBRAC de Belo Horizonte.

A propósito, lamentavelmente, não raro presenciamos em nossas cidades, a migração e o afugentamento de pássaros e outros representantes da fauna. Na década de 90, no bairro Belvedere foi encontrada uma pequena capivara encolhida no forno do fogão de uma residência próxima ao Parque das Mangabeiras, quando da realização de um mega show. Felizmente, hoje a legislação ambiental não mais permite esta modalidade de diversão nos espaços considerados áreas de preservação na cidade.

Valorização do Meio Biótico nos Centros Urbanos - Possibilidades

Esta questão requer mais estudos e pesquisas. As autoridades governamentais deverão ampliar a conscientização quanto aos aspectos ambientais e ecológicos. Deverão incentivar a implementação, nas grades curriculares, da escola fundamental às de nível superior, disciplinas capazes de tornar mais eficaz a aquisição de conhecimentos básicos relativos ao meio ambiente e à qualidade de vida como um todo, (Rossing, 2007 e SOBRAC, XXII Encontro de Belo Horizonte).